

## **Desenvolvimento moral e conceito de mentira nas crianças**

*Maria José D. Martins*

*Beatriz Estevão*

**Resumo:** Esta investigação teve como objetivos compreender como se processa o desenvolvimento moral de crianças em idade escolar, em particular no que concerne à compreensão e evolução do conceito de mentira e à capacidade para diferenciarem entre as consequências das ações e as intenções dos atores em pequenas narrativas, no âmbito da teoria de Piaget sobre desenvolvimento moral. Atualmente a convenção dos direitos da criança e a legislação portuguesa admitem o direito de audição e de participação da criança nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem e o referencial da educação para a cidadania, do Ministério de Educação Português, pressupõe uma educação para a responsabilidade e autonomia. A metodologia deste estudo foi de natureza qualitativa e envolveu entrevistas individuais semiestruturadas a 146 crianças, com idades entre os 6 e os 10 anos, a frequentar um dos quatro anos de escolaridade, de uma escola do 1.º ciclo do ensino básico numa cidade do Alto Alentejo. Foram efetuadas 10 questões: 3 sobre a mentira; 4 sobre uma história que avaliava o nível de desenvolvimento moral no que concerne especificamente o realismo versus subjetivismo moral; e 3 sobre a sugestionabilidade a 3 figuras de referência. Os resultados sugerem que a maioria das crianças é capaz de diferenciar a verdade da mentira e encontra-se em transição da heteronomia para a autonomia moral, sendo, no entanto, altamente sugestionável por figuras de referência. Os resultados são discutidos em termos das competências e limitações das crianças para atuarem de forma responsável e fornecerem depoimentos credíveis.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento moral, Mentira, Crianças.

### **Introdução**

A convenção dos direitos da criança admite o direito de audição e de participação da criança nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem e a atual legislação portuguesa permite que as crianças sejam ouvidas em tribunal, no âmbito da intervenção tutelar cível (por exemplo, regulação de responsabilidades parentais), do processo judicial de adoção, da intervenção de promoção e de protecção de direitos, da intervenção tutelar educativa, ou quando a criança seja

vítima ou testemunha de um crime (Aguilhas & Alexandre, 2017). Neste sentido torna-se de extrema importância e pertinência, compreender as capacidades e competências da criança para diferenciar entre verdade e mentira, bem como para compreender em que medida adultos de referência a podem suggestionar nesse sentido. Por outro lado, o referencial para a educação para a cidadania, proposto pelo Ministério de Educação Português, pressupõe uma educação para a “responsabilidade, autonomia, solidariedade, exercício dos direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito crítico e criativo, tendo como referência os direitos humanos”. Esta investigação teve como objetivos compreender: como se processa o desenvolvimento moral de crianças em idade escolar, em particular no que concerne à compreensão e evolução do conceito de mentira, qual a capacidade para diferenciarem entre diferentes tipos de mentiras em pequenas narrativas, e em que medida podem ser suggestionadas a mentir por adultos de referência, e desenrolou-se no quadro da teoria de Piaget (1932/85) sobre desenvolvimento moral.

Piaget (1932/85) propõe a existência de duas etapas ou fases desenvolvimentais de orientação moral na criança que designou por moralidade heterónima e moralidade autónoma, sendo que a transição entre elas se faria por volta dos 8 para os 9 anos. A primeira baseia-se na obediência à autoridade e no respeito unilateral ao adulto e caracteriza-se por: a criança avaliar os atos pelo princípio da responsabilidade objetiva, isto é, atribuir mais importância às consequências da ação do que às intenções dos atores quando avalia atos de transgressão; as regras permanecerem exteriores à criança (apesar da dificuldade que manifesta em cumpri-las); as crianças prescreverem castigos arbitrários e pouco adequados às transgressões. Pelo contrário, a moralidade autónoma baseia-se na cooperação, na solidariedade entre iguais e no respeito mútuo e caracteriza-se por: a criança avaliar os atos pelo princípio da responsabilidade subjetiva, isto é, avalia atos de transgressão atribuindo mais importância às intenções do ator do que às consequências da ação; interiorizar as regras e ser capaz de as cumprir sem a supervisão do adulto; prescrever castigos que se ajustam gradualmente às ofensas cometidas e são reparadores do delito (Piaget,

1932/85, pp.154-155). Esta sequência desenvolvimental na orientação moral tem sido reconhecida ao longo das últimas décadas como continuando pertinente por vários autores (e.g., Gomes & Chakur, 2005; Lourenço, 2002; Martins & Carvalho, 2008; Tappan, Kohlberg, Sehrader, Higgins, Arman, & Lei, 1987).

No que respeita em particular à conceção sobre o que é uma mentira, Piaget (1932/85) propõe três fases na evolução deste conceito na criança: uma primeira etapa em que a mentira é confundida com o erro, a punição é critério de gravidade da mentira e esta é vista como um erro ou algo “feio”; uma segunda fase em que a mentira é vista como algo que é descrito falsamente e que não corresponde aos factos (à realidade ou à verdade), mas que em há dificuldade em diferenciá-la do erro e em que a intencionalidade ainda não é considerada; e uma terceira etapa em que a criança encara a mentira como algo que, além de não corresponder aos factos, é dito com a intenção de enganar alguém. Esta sequência tem sido também considerada como sendo adequada por vários autores que desenvolveram o seu trabalho mais recentemente (e.g., Gomes & Chakur, 2005). Piaget (32/1985, pp.113-114) sugere assim que até aos 7 anos a mentira é o que não está conforme à verdade, independentemente das intenções do sujeito.

Coelman e Kay (1981) citados por Martins (2017) consideram que a mentira pressupõe três componentes: a crença de que é falso, aquilo que o emissor diz (crença), a intencionalidade de enganar o recetor (intenção) e o ato de o comunicar ao outro (informação).

Recentemente vários autores têm chamado a atenção para o facto de as mentiras serem de diferentes tipos consoante as diferentes motivações que lhes estão subjacentes, podem ser prossociais ou piedosas (ditas para não magoar alguém); antissociais quando visam proteger interesses pessoais, enganando e desrespeitando o outro; ou ainda mentiras de brincadeira (partidas); e que essas motivações são consideradas quando crianças e adolescentes avaliam a gravidade das mentiras (Bussey, 1999; Fu, Heyman, Chen, Liu, & Lee, 2015; Martins, 2017).

Bussey (1999) num estudo que pretendia avaliar a capacidade das crianças de três grupos etários (4, 8 e 11 anos) para categorizar três tipos de falsa intencionalidade (mentira antissocial, mentira piedosa e

mentira de brincadeira) e afirmações verdadeiras como sendo mentiras ou verdades, verificou que as crianças mais velhas (de 8 e 11 anos) tinham mais facilidade em categorizar as falsas declarações como mentiras que as mais novas e classificavam as mentiras antissociais como piores do que as mentiras piedosas (ditas para não magoar alguém) ou do que as mentiras associadas a uma brincadeira ou partida. Todos os grupos etários consideravam mais apropriado fazer afirmações verdadeiras do que mentirosas. As crianças mais velhas antecipavam mais desaprovação social por dizerem mentiras antissociais do que as mais novas. As crianças de 4 anos antecipavam menos desaprovação social, quer pelas mentiras antissociais, quer pelas mentiras piedosas. O autor conclui que as crianças de 4 anos tinham mais dificuldade em autorregular declarações verdadeiras e falsas, comparativamente às crianças de 8 e 11 anos e que fatores contextuais influenciam as avaliações morais das crianças nas situações em que esta está perante declarações verdadeiras ou mentirosas (Bussey, 1999).

Com vista a melhor esclarecer o conceito de mentira na criança e os motivos que a podem levar a mentir, os objetivos específicos da investigação que se apresenta foram:

- Avaliar a conceção de mentira nas crianças ao longo do seu desenvolvimento (do 1.º ano ao 4.º ano de escolaridade).
- Verificar se as etapas de heteronomia moral, transição e autonomia moral se verificam na amostra estudada, e em que momento do desenvolvimento ocorre a transição de uma etapa para outra.
- Verificar em que medida adultos de referência na vida da criança, tais como a mãe, o pai e a professora, podem influenciar a criança, no sentido de esta mentir a pedido dos mesmos.

## **Metodologia**

A metodologia deste estudo foi de natureza qualitativa e envolveu entrevistas individuais semiestruturadas a 146 crianças a frequentar um dos 4 anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico de uma cidade situada no Alto Alentejo.

### *Participantes*

Participaram 146 crianças (81 rapazes e 65 raparigas) com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, com uma média de idades situada nos 7.51 anos (com desvio padrão de 1.24), mediana situada nos 7 anos e moda nos 6 anos; 46 (27 rapazes e 19 raparigas) a frequentar o 1.º ano, 41 (20 rapazes e 11 raparigas) a frequentar o 2.º ano, 32 (15 rapazes e 17 raparigas) a frequentar o 3.º ano, e 37 (19 rapazes e 18 raparigas) a frequentar o 4.º ano de escolaridade de uma escola do 1.º ciclo do ensino básico.

### *Instrumento*

Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas que se basearam numa das histórias e em algumas das questões sugeridas por Piaget (1932/85) para avaliar o raciocínio moral. Assim foram efetuadas 10 questões: 3 sobre a natureza da mentira; 4 sobre uma história que avaliava o nível de desenvolvimento moral no que concerne especificamente a natureza da mentira (comparação entre duas situações descritas que não correspondiam aos factos, por um lado uma criança que diz à mãe ter visto um cão do tamanho do elefante e uma outra que diz ter tido boas notas quando de facto não as teve); e 3 sobre a sugestionabilidade para mentir, a pedido de 3 figuras de referência (a mãe, o pai e a professora). As respostas relativas ao conceito de mentira foram categorizadas nas três fases da mentira atrás descritas e para a análise das histórias, sobre ter visto um cão do tamanho de um elefante e sobre dizer à mãe que teve boas notas quando teve más notas na escola, utilizaram-se as descrições relativas à heteronomia, autonomia moral e transição entre ambas, descritas anteriormente.

### *Procedimento*

Foram solicitadas autorizações por escrito à direção do agrupamento de escolas, e a todos os encarregados de educação das crianças. Assim, dos 195 alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico da escola, foram entrevistados cerca de 76%, porque apenas participaram

no estudo as crianças que foram autorizadas pelos pais ou encarregado de educação, cerca de 9% não foram autorizados a participar pelos pais, 4% estavam ausentes no período da recolha de dados, e 11% não foram objeto de avaliação por outros motivos (por exemplo, por o português não ser a sua língua materna ou por défices cognitivos que poderiam comprometer a compreensão da história e das perguntas). Vinte e cinco por cento de todas as respostas das crianças foram codificadas independentemente pelas duas autoras deste trabalho, com vista a calcular o acordo inter-juízes na forma como eram categorizadas as respostas às diferentes questões e aos conjuntos de questões efetuadas.

## **Apresentação dos resultados**

### *Conceção de mentira do 1.º ao 4.º ano*

Na Tabela 1 apresentam-se as conceções de mentira exibidas pelas crianças, em função do ano de escolaridade. O acordo inter-juízes na categorização das respostas nas três fases da mentira foi de 70% à totalidade das três perguntas em simultâneo (O que é para ti uma mentira? Qual a diferença entre a verdade e a mentira? Dá um exemplo de uma verdade e de uma mentira) e de 90% se considerarmos um acordo parcial (apenas em duas respostas), o que revela uma razoável fidelidade do instrumento.

A análise da Tabela 1 revela que a quase totalidade das crianças se situa na fase II da mentira, ou seja, reconhecem que na mentira se relatam factos que não correspondem à realidade mas não conceptualizam ainda a intenção de enganar o outro. Cerca de um quarto das crianças do 1.º ano ainda se situa na fase I da mentira (mentir é feio, é mau, é errado), enquanto que no 2.º, 3.º e 4.º anos, as respostas situam-se maioritariamente na fase II da mentira. No 4.º ano, três crianças situam-se na fase III (enquanto que nos anos anteriores apenas uma criança aí se situa).

Tabela 1

*Conceção de mentira do 1.º ao 4.º ano de escolaridade (síntese das respostas 1, 2 e 3)*

	Fase I da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Fase II da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Fase III da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Totais
1.º ano	13 (28.3%)	«Não sei» «Mentir é muito mau, não se pode. Eu tenho um livro e tu tens uma folha, tu dás-me a folha e eu fico com as 2, é mentira porque é mau»	32 (69.6%)	«Mentir é dizer coisas que não aconteceram. Se eu te disser que não tenho nada na mão estou a dizer a verdade. Se disser que tenho e tu vês que não tenho, é uma mentira». «A mentira é uma coisa que não aconteceu, se te disser que tenho 10 anos, estou a mentir, se disser que tenho 6, é verdade.»	1 (2.2%)	«... na mentira enganamos de propósito. Por ex: digo à mãe que comi arroz na escola e comi é verdade, digo que comi maçã e comi banana, é mentira»	46 (100%)
2.º ano	2 (6.4%)	«A mentira é dizer coisas que estão erradas. A verdade é boa porque dizemos coisas certas... Se eu te disser que este elástico é amarelo e na verdade é verde, estou a mentir.»	28 (90.3%)	«A mentira é quando as pessoas estão a dizer coisas que não são verdade. Uma mentira é dizer, por exemplo, que a parede é amarela em vez de branca. A verdade é dizer que a parede é mesmo branca e não amarela.». «Mentiras são coisas que algumas pessoas dizem, mas não o fazem. A verdade é quando dizemos algo que existe e na mentira não existe, estamos a inventar. Por exemplo, a tua mala é vermelha e não é, é preta, por isso estou a dizer uma mentira.»	1 (3.2%)	«A mentira é quando uma pessoa tenta enganar outra, não contando a verdade. Por exemplo, se eu digo que está ali a passar um pombo e as pessoas olham e veem, é verdade. Se eu digo que está a passar um gato e as pessoas olham e não veem, é mentira. É como a história do Pedro e do lobo.»	31 (100%)

Tabela 1 (cont.)

	Fase I da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Fase II da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Fase III da mentira	Exemplos dados pelas crianças	Totais
3.º ano	1 (3.1%)	«Uma mentira é ter inveja de uma outra pessoa, é querer ser melhor que a outra pessoa. Por exemplo, se uma amiga tem a inveja da outra, acabam por nunca ser amigas. Mentir é feio e nunca vai dar em nada. Uma mentira é uma pessoa que não gosta mesmo da outra, diz coisas más dela...».	30 (93.7%)	«Uma mentira é quando não dizemos a verdade. Por exemplo, uma amiga tinha-me dito que tinha levado uma boneca para a escola e no dia seguinte ela disse que era tudo mentira, não tinha levado.». «Uma mentira é quando alguém não diz a verdade. Na verdade contamos coisas sinceras e na mentira não conto coisas sinceras. Por exemplo, quando uma pessoa diz que vai à rua e depois fica em casa a fazer coisas, é uma mentira».	1 (3.1%)	«A mentira é quando as pessoas não querem dizer a verdade e preferem esconder a contar. Quando querem esconder alguma coisa, dizem coisas falsas. Uma mentira é dizer que o teto é azul e na verdade é branco».	32 (100%)
4.º ano	3 (8.1%)	«Uma mentira é dizer o contrário. A verdade é dizer como as coisas são e a mentira como não são. (Não sabe dar exemplo)».	31 (83.8%)	«É uma pessoa dizer coisas que não são realidade. Dizer que temos uma coisa e na verdade não temos é mentira. Dizer o que temos na realidade é verdade.». «Uma mentira para mim é quando não dizemos a verdade. A verdade é quando dizemos algo que aconteceu mesmo e a mentira não. Por exemplo, uma verdade é que dizemos que temos um gato e temos mesmo. Uma mentira é que dizemos que temos um gato e não temos».	3 (8.1%)	«Uma mentira é quando as pessoas me enganam. (...) a a mentira pode ser para , proteger para não magoarem.». «Uma mentira é uma coisa que pergunto à outra pessoa e a outra diz o que não é realidade, talvez para me proteger por achar que eu sou o fraco ou tem medo da minha reação».	37 (100%)

### *Heteronomia moral e autonomia moral – do 1.º ao 4.º ano*

No que respeita à história do cão e das notas, em resposta à pergunta sobre se os meninos nas duas histórias tinham mentido ou dito a verdade, todas as crianças consideraram que tinham mentido em ambos os casos. No que se refere à mentira que consideraram mais grave, no 1.º ano apenas duas crianças responderam que foi a do João/Joana que viu um cão do tamanho do elefante e quarenta e quatro responderam que foi a do Rui/Rita que disse que tinha tido boas notas à mãe, quando na realidade tinha tido más notas. No 2.º, 3.º e 4.º ano todas as crianças consideraram que a mentira das notas era a mais grave. Na Tabela 2 apresentam-se as justificações das crianças para explicar qual a mentira mais grave e sua categorização nas três etapas de orientação moral. O acordo inter-juízes foi de 85% para a totalidade das respostas às questões (Achas que estes meninos disseram a verdade ou uma mentira nestas histórias? Qual foi a mentira pior/mais grave? Porquê? Será que os meninos deviam ser ou não castigados? Qual deveria ter o castigo mais severo? Porquê?) e de 90% para um acordo parcial, o que revela elevada fidelidade do instrumento.

Os dados da Tabela 2 revelam que a maioria das crianças se situa na transição da heteronomia para a autonomia moral. Apenas 8.7% das crianças do 1.º ano apresentou justificações típicas da heteronomia moral e nenhuma das crianças dos 2.º, 3.º e 4.º anos se situava nesta etapa. Quase um quarto das crianças do 4.º ano se situava na etapa da autonomia moral e muito poucas crianças dos 1.º, 2.º e 3.º anos se situavam nessa etapa.

As crianças foram também questionadas sobre se os meninos das histórias deviam ser castigados e qual o menino ou menina que deveria ter o castigo maior. Todas consideraram que podia haver castigo. No 1.º ano apenas uma respondeu que o menino da história do cão devia ter um castigo maior, todas as restantes consideraram que o castigo devia ser sobretudo na história das notas. Na Tabela 3 apresentam-se as justificações a essa resposta (categorizadas também nas três etapas de orientação moral). Verificou-se mais uma vez que a quase totalidade das respostas se situavam na transição da heteronomia para a autonomia moral e apenas duas (uma no 1.º e outra no 4.º ano) se situavam na heteronomia moral, e foi no 4.º ano que se encontrou a maior percentagem de respostas de autonomia moral (40.5% das respostas desse ano de escolaridade aí se situaram).

Tabela 2

*Justificações dadas pelas crianças na história do cão e das notas para explicar qual a mentira mais grave*

	Hetero- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Transição de hetero- nomia para autonomia	Exemplos dados pelas crianças	Auto- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Totais
1.º ano	4 (8.7%)	«A da Joana porque um elefante pode destruir tudo». «A do João porque um cão do tamanho de elefante pode pisar-nos».	40 (87%)	«A da Rita porque disse que teve boas notas e teve más e são as notas que fazem passar de ano». «A do Rui porque as notas são mais importantes do que um cão do tamanho de um elefante».	2 (4.3%)	«A do Rui porque o João estava a brincar e o Rui não»	46 (100%)
2.º ano	0 (0%)		26 (83.9%)	«A da Rita, porque ela mentiu sobre os testes e as notas são importantes». «A do Rui porque ele mentiu à mãe e sobre a escola é para dizer tudo, se temos más notas ou boas notas».	5 (16.1%)	«A da Rita porque a da Joana já sabia que não existia cães do tamanho de elefantes, mas a da Rita não sabia se era verdade ou mentira». «A do Rui porque ele teve más notas e disse à mãe que teve boas notas e ela assim vai acreditar».	31 (100%)
3.º ano	0 (0%)		26 (81.3%)	«A da Rita porque a Rita teve más notas na escola e não contou à mãe». «A do Rui porque disse à mãe que teve boas notas. Mentir sobre a escola é pior do que um cão.»	6 (18.8%)	«A da Rita porque depois a mãe dela podia falar com a professora e ela contar a verdade e dizer que um cão é do tamanho de um elefante pode ser brincadeira». «A do Rui porque não se deve mentir sobre as notas para a mãe o ajudar e a do João toda a gente sabe que não existem cães do tamanho de elefantes.»	32 (100%)

Tabela 2 (cont.)

	Hetero- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Transição de hetero- nomia para autonomia	Exemplos dados pelas crianças	Auto- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Totais
4.º ano	0 (0%)		29 (78.4%)	«A da Rita. Porque ter más notas é mau. A Joana se calhar era mais pequena do que a Rita. Dizia coisas que não devia». «A do Rui porque os pais devem saber as notas do filho e não devemos mentir aos pais sobre a escola».	8 (21.6%)	«A da Rita, porque devemos sempre contar a verdade sobre as notas, para depois acreditarem em nós. Porque a da Joana podia ser uma brincadeira e a da Rita já não». «A do Rui, porque se os pais descobrissem a verdade, punham-no de castigo. A do João podia ser uma brincadeira, a do Rui era mesmo uma mentira».	37 (100%)

Tabela 3

*Justificação à questão sobre qual dos meninos devia ter o pior castigo e porquê*

	Hetero- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Transição de hetero- nomia para autonomia	Exemplos dados pelas crianças	Auto- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Totais
1.º ano	1 (2.2%)	«O João porque disse que viu um cão do tamanho de um elefante e é perigoso. O Rui só disse que tinha boas notas».	44 (95.7%)	«A Rita porque teve más notas e disse que teve boas notas, a da Joana não era grave». «O Rui que disse que teve boas notas e não teve».	1 (2.2%)	«O Rui porque ele mentiu sobre as notas e a mãe do João não deve ter acreditado na mentira dele, não há cães assim»	46 (100%)
2.º ano	0 (0%)		25 (80.6%)	«A Rita porque a mentira da Rita foi maior do que a da Joana, mentiu sobre os testes». «O Rui porque fez a mentira maior, mentiu sobre a escola».	6 (19.4%)	«A Rita porque não se deve mentir com coisas da escola. A Joana também mentiu à mãe mas ela não acreditava». «O Rui porque o Rui mentiu sobre as notas mas o João mentiu sobre o tamanho do cão mas toda a gente sabe que não existem».	31 (100%)

Tabela 3 (cont.)

	Hetero- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Transição de hetero- nomia para autonomia	Exemplos dados pelas crianças	Auto- nomia moral	Exemplos dados pelas crianças	Totais
3.º ano	0 (0%)		21 (65.6%)	«A Rita porque é pior mentir sobre os testes do que mentir sobre um cão que parece um elefante.». «O Rui porque disse uma mentira à mãe e portou-se mal. O João enganou a mãe, merece mais pequeno o castigo».	11 (34.5%)	«A Rita porque acho que não se deve mentir sobre as notas porque assim descobrem as nossas dificuldades e podem ajudar. Se a Joana estivesse a brincar, não merecia um castigo.». «Só o Rui porque a do cão podia ser uma partida e a do Rui foi mesmo grave»	32 (100%)
4.º ano	1 (2.7%)	«A Joana porque se houvesse um cão do tamanho de um elefante, ela não podia fazer festinhas e era tão grande que tinha de fugir. Eu acho que são as duas que merecem um grande castigo porque mentiram e mentir é muito feio».	21 (56.8%)	«A Rita porque mentiu aos pais sobre a escola». «O Rui porque ele devia ter melhorado as notas e não mentido. O João também merecia por ter mentido à mãe».	15 (40.5%)	«O Rui é que devia de ser porque o João devia estar a brincar com a mãe e o Rui não. Queria enganar». «Só a Rita porque mentiu sobre a escola e a da Joana podia ser uma brincadeira».	37 (100%)

### *Sugestionabilidade da criança para mentir a pedido de um adulto de referência*

Em resposta à pergunta sobre se se deve ou não mentir e porquê a maioria das crianças respondeu que não. No 1.º ano, 3 crianças disseram que só se podia mentir no dia das mentiras, duas que se podia mentir (para nos divertirmos justificou uma delas), e 41 afirmaram que não se podia mentir (por causa dos castigos, porque é feio ou mau). No 2.º ano, 27 crianças afirmaram que não se podia mentir, 3 afirmaram que se podia mentir no dia das mentiras e apenas 1 disse que se podia mentir. No 3.º ano, 28 afirmaram que não se podia mentir, 3 consideraram que se podia mentir no dia das mentiras e apenas 1 admitiu que se podia mentir. No que se refere ao 4.º ano, 30 consideraram que não se podia mentir e 7 admitiram que se podia mentir (maioritariamente no sentido de proteger alguém ou a eles próprios). No que respeita ao modo como responderam à questão sobre se mentiriam a pedido de um adulto (mãe, pai, professor) e porquê, apresentam-se os resultados na Tabela 4. As respostas foram codificadas nas categorias que se apresentam por dois investigadores, obtendo-se um acordo inter-juízes de 95% para a mãe, de 92.5% para o pai e de 92.5% para a professora, o que revelou elevada fidelidade. Verificou-se que quase metade das crianças era sugestionável pela mãe e pelo pai, sobretudo por motivos de obediência, e que cerca de um terço era sugestionável pela professora, pelos mesmos motivos (ver Tabela 4). A obediência prevalecia como motivo nas crianças do 1.º ano e a admissão de mentiras piedosas surgiu apenas como motivo nas crianças dos 3.º e 4.º anos para as três figuras consideradas.

Antes de terminar a entrevista a investigadora fazia uma pequena brincadeira para avaliar a sugestionabilidade da criança, dizendo: «Quando saímos da tua sala e viemos para esta, tu viste um palhaço». Pretendia-se assim obter um indicador de sugestionabilidade geral das crianças. Verificou-se que 87.7% das crianças contestaram a afirmação (dizendo que não tinham visto o palhaço), enquanto que 12.3% foi sugestionável, contudo este valor é muito inferior à sugestionabilidade aos pais (43.8% à mãe e 43.1% ao pai).

Tabela 4

*Sugestionabilidade a mentir por figuras de referência*

Sugestionabilidade Sim ou não	Mãe	Pai	Professora
A criança é sugestionável por obediência	45 (30.8%)	43 (29.5%)	29 (19.9%)
A criança é sugestionável por razões de mentira piedosa	5 (3.4%)	4 (2.7%)	6 (4.1%)
A criança é sugestionável pelas consequências	5 (3.4%)	6 (4.1%)	8 (5.5%)
A criança é sugestionável por outros motivos	9 (6.2%)	10 (6.8%)	5 (3.4%)
Total das que são sugestionáveis	64 (43.8%)	63 (43.1%)	48 (32.9%)
A criança não é sugestionável porque perspectiva o pedido como um teste à sua honestidade	4 (2.7%)	3 (2.1%)	3 (2.1%)
A criança não é sugestionável porque considera não mentir uma regra sagrada	50 (34.2%)	47 (32.2%)	36 (24.7%)
A criança não é sugestionável porque lhe desagradou o comportamento de mentir	14 (9.6%)	13 (8.9%)	18 (12.3%)
A criança não é sugestionável porque não quer quebrar a confiança com o outro	4 (2.7%)	6 (4.1%)	7 (4.8%)
A criança não é sugestionável por outros motivos	10 (6.8%)	14 (9.6%)	34 (23.3%)
Total das que não são sugestionáveis	82 (56.2%)	83 (56.7%)	98 (67.1%)

Assim, apesar da grande maioria das crianças ter assimilado a regra de que se não deve mentir, quase metade admite fazê-lo a pedido de figuras afetivas de referência, como a mãe e o pai, ou seja, seria por eles sugestionável a mentir, se essa fosse a intenção deles.

### Conclusões e discussão

Os resultados obtidos nas diferentes questões efetuadas são coerentes entre si na medida em que a maioria das crianças se situa na fase II da concepção sobre a mentira e na transição da heteronomia moral para a autonomia moral na apreciação das histórias do cão e das notas (quer na apreciação de qual era a mentira mais grave, quer na apreciação de qual dos meninos merecia o castigo mais severo). Muito poucas crianças consideraram pior a mentira da criança que diz ter visto um cão do tamanho do elefante comparativamente à mentira sobre as notas da escola. Tal resultado seria expectável no âmbito do modelo proposto por Piaget (1932/85) e é coerente com os resultados

dos estudos de outros autores com histórias similares (Gomes & Chakur, 2005; Martins & Carvalho, 2008).

Verifica-se também que existe uma evolução da heteronomia moral para autonomia moral com o desenvolvimento da criança e que o aparecimento da autonomia moral começa a surgir sobretudo nas crianças do 4.º ano. De facto, é neste nível de escolaridade que se encontram as crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos, sendo que Piaget (1932/85) previa que a autonomia moral começaria a surgir depois dos 8 anos de idade. Nos estudos de Gomes e Chakur (2005) sobre a mentira, com crianças dos 7 aos 14 anos, não foi encontrada nenhuma criança de 7 e 8 anos na fase III da mentira, nem nenhuma de 13 e 14 anos na fase I. Martins e Carvalho (2008) na sua investigação sobre mentira, com 93 crianças dos 10 aos 14 anos, constataram que 46.5% das crianças se situavam na fase II e apenas cerca de 20.4% se situavam na fase III da mentira (valores um pouco aquém do previsto por Piaget) mas coerentes com o sentido do desenvolvimento moral antecipado pelo autor e coerentes com os resultados obtidos na presente investigação.

O que o estudo aqui descrito apresenta de novo é o facto de apesar da quase totalidade das crianças ter interiorizado a regra de que não se deve mentir, quando confrontadas com um pedido de figuras de referência (sobretudo da mãe e do pai, mas também da professora) para mentirem, quase metade de todas aquelas que afirmaram que não se deve mentir, admitiram que mentiriam por razões de obediência e das consequências que daí adviriam se o não fizessem. A invocação de razões piedosas para o fazerem é residual nos motivos invocados, aparecendo apenas nas crianças do 3.º e 4.º anos de escolaridade, o que é coerente com os estudos de outros autores (e.g., Bussey, 1999; Fu et al., 2015).

Em suma, a maioria das crianças entre os 6 e os 10 anos sabe o que é uma mentira, é capaz de diferenciar a verdade da mentira (embora ainda não equacione a questão da intencionalidade associada ao ato de enganar o outro), não é muito sugestionável por estranhos, mas parece ser bastante sugestionável por figuras afetivas de referência (como o pai e a mãe). Em situação forense este dado aponta para o facto da maioria

das crianças com mais de 6 anos revelar competências para efetuar depoimentos, mas alerta para a necessidade de conhecer também as motivações dos pais das crianças que efetuam esses depoimentos. Em situação escolar deve compreender-se que a obediência na infância tem valor adaptativo e que os pais podem influenciar os testemunhos ou histórias que as crianças contam nesse contexto.

## Referências

- Agulhas, R., & Alexandre, J. (2017). *Audição da criança. Guia de boas práticas*. Lisboa: OA.
- Bussey, K. (1999). Children's categorization and evaluation of different types of lies and truths. *Child Development*, 70(6), 1338-1347.
- Fu, G., Heyman, G. D., Chen, G., Liu, P., & Lee, K. (2015). Children trust people who lie to benefit others. *Journal of Experimental Child Psychology*, 129, 127-139. doi: 10.1016/j.jecp.2014.09.006
- Gomes, L. R., & Chakur, C. R. (2005). Crianças e adolescentes falam sobre a mentira: Contribuições para o contexto escolar. *Ciências & Cognição*, 6, 33-43. Acedido em abril 2017 em <http://www.cienciasecognicao.org>
- Lourenço, O. (2002). *Psicologia do desenvolvimento moral: Teoria dados e implicações* (3.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Almedina.
- Martins, D., & Carvalho, C. (2008). As crianças e as mentiras. *Actas do I Congresso Internacional em Estudos da Criança – Infâncias Possíveis, Mundos Reais* (CD-ROM). Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Martins, M. (2017). *A mentira na adolescência: Reconhecimento e avaliação no contexto português*. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/30279>
- Piaget, J. (1932/85). *Le Jugement moral chez l'enfant*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Tappan, M., Kohlberg, L., Sevrader, D., Higgins, R., Arman, C., & Lei, T. (1987). Heteronomy and autonomy in moral development: Two types of moral judgment. In A. Colby & L. Kohlberg (Eds.), *The measurement of moral judgement* (Vol. 1, pp. 315-387). Cambridge: Cambridge Press.